

Acerca das estórias da História da Psicologia

CLÁUDIA FERREIRA DE CARVALHO (*)

No seu livro de 1994, «The Story of Psychology», Morton Hunt faz um dos mais interessantes prólogos à História da Psicologia que tenho lido, e que me suscitou as reflexões que aqui apresento e gostaria de partilhar.

Em lugar de discutir o estatuto de cientificidade (ou não) da psicologia, afirmá-la como ciência triunfante sobre o conhecimento do senso comum, ou ainda, reflectir sobre as formas de fazer história das ciências, Hunt, fazendo jus ao nome do livro «Story» (e não «History», como seria de esperar num livro científico), conta-nos uma estória, despertando-nos assim para o fascínio das estórias que atravessam a História da Psicologia.

A estória, que possui todo o sabor de uma fábula fala-nos de Psamtik, rei do Egipto, e situa-nos na segunda metade do século VII antes de Cristo.

Quis Psamtik demonstrar que os egípcios eram a raça mais antiga da terra. Neste sentido concebeu um *design* experimental que em nada embaraçaria um psicólogo da actualidade: definido o problema (são os egípcios a raça mais antiga da terra?) formulou uma hipótese: se uma criança não tiver a possibilidade de aprender uma língua com pessoas mais velhas que a ro-

deiam, ela espontaneamente falará a língua primal, a primeira língua da humanidade, naturalmente, esperava Psamtik, a língua egípcia.

Passou então Psamtik à fase de experimentação, e assim, separou duas crianças da sua mãe, e mandou colocá-las num local remoto, onde seriam alimentadas e cuidadas, mas sem que nunca ouvissem pronunciar uma palavra. Ao fim de dois anos, numa das ocasiões em que os servos iam alimentar as crianças, ouviram uma delas gritar a palavra: «becos». Não reconhecendo o seu significado, o servo mandou a mensagem a Psamtik, que ordenou que a criança fosse trazida à sua presença. Também para ele a palavra era desconhecida, mas após alguma investigação apurou que «becos» era o termo frígio para «pão». Desapontado, mas honesto, Psamtik concluiu que a língua mais antiga do mundo, e consequentemente a raça mais antiga era a frígia e não a egípcia.

Sabemos hoje que a linguagem não é inata e que uma criança que não ouve falar, não aprende a fazê-lo. O erro de Psamtik deveu-se a ter partido de uma proposição inicial inválida (a linguagem é inata), e não da metodologia do experimento, que obedecia às regras de isolamento e controlo de variáveis que a psicologia tem aplicado a si própria no afã de se destacar do senso comum.

Podemos olhar para a falta de conhecimento

(*) Psicóloga. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

de Psamtik de duas formas: com um olhar paternalista, em que Psamtik «coitado» não possuía ainda os conhecimentos científicos para formular uma pergunta de partida assente em pressupostos verdadeiros e validados cientificamente, ou com o olhar do espanto perante um rei egípcio que numa época que sabemos dominada por um pensamento mítico, teve a fantástica intuição de pensar que há processos internos ao indivíduo que merecem ser investigados, e que pôs em prática uma experiência cuidadosamente planeada segundo as regras que o século XVII iria ditar para o método experimental.

A História da Psicologia vista assim com o sabor destas estórias assume-se como uma viagem numa máquina do tempo, em que os seus intervenientes se parecem mais com personagens de um filme de ficção científica do que com pessoas concretas, com a vantagem de terem sido de facto reais, terem vivido, amado, dormido, comido, como qualquer um de nós, mas que sem os respectivos contributos não estaríamos agora, aqui, a falar de psicologia desta forma. Seria outra a configuração, porque a interrogação de base da psicologia – quem sou eu – essa existiu sempre, independentemente das formas que assumiu esse questionar e conseqüentemente a resposta.

Prefiro descobrir a História assim, e escutar os grandes autores como se fossem personagens saídos do túnel da memória e que relemos porque as suas ideias resistiram ao teste do tempo. Estou ciente porém que as leituras do passado são múltiplas, e que «novos» aspectos do passado aparecem, ou «velhos» momentos são apagados quando o presente assim o exige alterando assim a História. Neste sentido, acredito na ideia expressa pela Nova História e cito um dos seus autores de memória: «*A História é sempre contemporânea*».

George Orwell levou esta possibilidade de actualização constante da História à letra no seu famoso livro «1984», uma parábola política acerca de um estado totalitário dominado por um «Big Brother» que tudo vigia e manipula, até o pensamento e a linguagem, onde os afectos são considerados crime, e de onde não há fuga. Winston Smith, a personagem principal, possui uma consciência invulgar (porque solitária) do funcionamento do sistema, que lhe advém da profissão que lhe foi atribuída: o de funcionário do Ministério da Verdade, onde diariamente re-

escreve os livros de história e os documentos oficiais do partido (substituindo rostos, transformando inimigos em aliados e aliados em inimigos, consoante o interesse político do momento).

Sem memória, as pessoas alegram-se, por exemplo, quando lhes é anunciado que a ração diária de chocolate aumentou para 25 gramas, quando na realidade era de 30 gramas diários até à véspera. Orwell escreve logo no início do livro: «*Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado*.» Smith, o único consciente deste controlo, e por isso o último a conservar a humanidade, acaba por ser considerado um criminoso e é torturado até ser despojado de toda a sua memória. A memória é pois o que nos permite manter a dignidade da condição humana.

A ficção confunde-se com a realidade? Sabe-se hoje que Estaline utilizou o mesmo processo para eliminar os seus inimigos. Para além de os suprimir da cena política e da sua própria vida, apagou-os também da História, arrancando-os literalmente das fotografias oficiais, que, retocadas, se mostravam como se aquelas pessoas nunca tivessem existido. O presente pode mesmo modificar o passado.

Mas em condições normais – leia-se de democracia – os factos não mudam. Mas mudam seguramente a interpretação sobre os factos. Não há historiadores neutros, escreve Leahey (1997), um historiador da psicologia, e referindo-se a si próprio salienta que na impossibilidade de registar todos os factos há que tomar opções, de eleger uns e deixar no esquecimento outros, acabando por deixar a marca do seu próprio ponto de vista.

Essas concepções do historiador da psicologia são seguramente mais do que simples convicções pessoais e não surgem certamente no vazio. Hoje como ontem, as questões que animam os espíritos e os conceitos desenvolvidos surgem e existem num contexto social e intelectual do qual não podem ser dissociados, e cuja compreensão lança um melhor entendimento dessas questões e desses conceitos. Se isto é verdade para qualquer ciência, a psicologia, por estudar a natureza humana é particularmente sensível a estas influências. Conhecer e reflectir sobre o passado da psicologia, é pois parte importante do processo de definição da ciência psicológica, e da nossa própria identidade como psicólogos.

Boring, o mais clássico dos historiadores da psicologia, fala-nos no prefácio à sua segunda edição de «História da Psicologia Experimental» datado 1950, do *Zeitgeist*, como uma importante limitação ao progresso da ciência, a par da «ignorância» que nomeia para salientar a necessidade que uma dada descoberta tem de outra que a preceda.

Como é sabido, o *Zeitgeist* refere-se aos hábitos de pensamento que se apresentam numa cultura em qualquer região ou época. Significa isso que uma ideia só é aceite por uma dada civilização se permanecer dentro dos limites de tolerância dessa mesma civilização, ou dito de outra forma, as sociedades rejeitam como falso tudo aquilo que parecer demasiado estranho para ser tolerado.

Os desenvolvimentos da ciência, e em particular da ciência psicológica, estariam assim intimamente dependentes não só do trabalho de alguns indivíduos invulgares, como também, da capacidade de entendimento dos seus contemporâneos. O que nos faz pensar na oposição História Tradicional/Nova História feita habitualmente pelos historiadores. Recordo sucintamente que a História Tradicional relata os factos, essencialmente políticos, e centra-se nas individualidades por meio de descrições que não consideram o contexto. É a história do monarca, do pensador.

A Nova História, pela mão de Mark Bloch e Lucien Febvre, vai questionar esta forma de fazer história, e introduz a ideia de infraestruturas, de movimentos subterrâneos, lentos e profundos, que enquadram os acontecimentos. A Nova História coloca em contexto as várias disciplinas – a economia, a sociologia, a linguística – fala das estruturas e desloca a atenção do indivíduo para o grupo. Embora se possa acusar a Nova História de minimizar ou mesmo esquecer o indivíduo e a cronologia dos acontecimentos, parece-me que a Nova História permite ler a Psicologia de uma forma mais clara, e talvez mais apaziguadora das suas diferenças internas. Note-se que a Psicologia é chamada pela Nova História a contribuir com as suas técnicas de observação, prolongando-se a Psicologia Social numa história das mentalidades, apoiando-se e enriquecendo a história das ciências (Duby, 1990).

Michel Foucault (1965) propusera já uma forma de interrogar a Psicologia, enquanto forma cultural. Por «forma cultural» Foucault entende

«a maneira como numa dada cultura um dado saber se organiza, se institucionaliza, liberta uma linguagem que lhe é própria e assume uma forma que se pode chamar científica».

A Psicologia é pois pertença de uma forma cultural que se constituiu no mundo ocidental no século XIX, e que por sua vez se inscreverá em outras formas culturais anteriores, cristãs e anteriores ao cristianismo. Retomando num espírito positivo e científico as questões que animaram a filosofia, a Psicologia procura desmistificar e apreender de uma forma científica, noções consideradas até então obscuras. A Psicologia seria a relação fundamental do homem consigo mesmo na cultura ocidental.

Foi sem dúvida a progressão das ideias no mundo ocidental que permitiu à Psicologia assumir a sua forma actual de empreendimento científico independente e reconhecível.

Porém como sabemos, ainda hoje esses limites de independência e de identidade são por vezes questionados. O que, de acordo com Brennan (1994) se prende com as condições de emergência da própria ciência psicológica, da controvérsia suscitada na época. A Nova Psicologia proposta pelos adeptos da introspecção estava longe de ser consensual, o que é visível nos vários movimentos nascidos nas duas primeiras décadas do século XX, originários de reactividades mútuas.

Curiosamente, o movimento que actualmente os não psicólogos mais identificam com a Psicologia, e que mais importância teve não só na Psicologia, como nas ciências humanas, é justamente aquele, que apesar da contemporaneidade com Wundt nada teve a ver com este, descendendo de uma outra tradição bem distinta que reporta à tradição da psicopatologia francesa, e cujas origens penetram na Alquimia e no magnetismo dos finais da Idade Média: a psicanálise. Mas este assunto desenvolveremos em outra ocasião.

Voltemos à Psicologia. Desde o seu nascimento no final da década de 70 do século XIX, ela tem sido palco das mais variadas disputas: entre modelos de Psicologia, diferentes definições de ciência, diferentes opiniões acerca da forma que a Psicologia deveria assumir. A Psicologia, escreve Brennan (1994), é uma ciência heterogénea.

Entendida como um mal a ultrapassar, esta heterogeneidade poderá causar algum desassos-

sego nos psicólogos que sonham com um sistema unificador, e uma Psicologia universalmente aceite.

Mas, como escreve Leahey (1997), esses são os pensadores, e por extensão, os Psicólogos (com maiúscula como propõe o autor) «*ouriços*», aqueles que referem os assuntos a uma visão central, um princípio organizativo simples e universal, em referência ao qual tudo toma sentido. Na posição epistemológica contrária, estariam os pensadores / psicólogos (com minúscula) «*raposas*», que perseguiriam diversos fins, por vezes contraditórios e sem relação.

O próprio Leahey admite que quando iniciou a sua escrita como historiador da Psicologia julgava-se um Psicólogo «*ouriço*», um construtor de sistemas, mas que o tempo e a experiência lhe ensinaram que afinal era um psicólogo «*raposa*», e que tal conversão teve um efeito libertador – «*porque é melhor ser uma raposa, do que uma raposa que julga ser um ouriço e se deprime*» (p. 20).

No seu entender, as raposas são melhores historiadores do que os ouriços, pois estão mais atentos às contradições e às realidades concretas das pessoas, de como elas vivem, não se perdendo em generalidades que esborratam a história das particularidades.

Ideias que me sugerem uma reflexão final acerca da História da Psicologia. No afã da Psicologia se afastar do senso comum para se constituir como ciência não terá talvez perdido pelo caminho muita da riqueza que resulta das teorias que as pessoas possuem, teorias não científicas é certo, mas que são os reais organizadores da sua experiência? Esse conhecimento não científico, e que está muitas vezes em contradição com os modelos que possuímos fruto da nossa aprendizagem científica, será assim tão dispensável? Ou deverá a Psicologia, como escreve Bruner (1990), redefinir o seu objecto e aproximar-se cada vez mais de uma «*psicologia comum*» que tenha como conceito central o significado, ou seja as histórias que as pessoas vulgares narram para explicar como é que os seres humanos funcionam?

REFERÊNCIAS

Benjafield, J. (1996). *A history of psychology*. Boston: Allyn and Bacon Editors.

- Boring, E. G. (1990). *História de la psicologia experimental*. México: Editorial Trillas.
- Brennan, J. (1994). *History and systems of psychology*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Bruner, J. (1990). *Actos de significado. Para uma psicologia cultural*. Lisboa: Edições 70.
- Duby, G. (1999). *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Ed. Terramar
- Foucault, M., & Badiou, A. (1965). *Philosophie et psychologie*. Emission produite par la Radio-Television scolaire /CNDP. Centre National de Documentation Pédagogique, 1993. Éditions Nathan.
- Hunt, M. (1994). *The story of psychology*. New York: Anchor Book.
- King, D. (1997) *The commissar vanishes. The falsification of photographs and art in Stalin's Russia*. New York: Henry Holt And Company.
- Leahey, T. H. (1997). *Historia de la psicologia*. Madrid: Editorial Debate.
- Marx, M., & Hillix, W. (1993). *Sistemas e teorias em psicologia*. S. Paulo: Editora Cultrix.
- Orwell, G. (1991). *Mil novecentos e oitenta e quatro*. Lisboa: Antígona.

RESUMO

O presente artigo nasce de algumas breves reflexões sobre a História da Psicologia em torno dos seus conteúdos – os sistemas teóricos – e da sua forma – as estratégias que organizam a sua narrativa.

Sabendo que não há abordagens neutras da História, a autora sublinha a importância das histórias (ficções) como elementos importantes na construção e narração da História da Psicologia, bem como o papel que as histórias (ou estórias) das pessoas comuns poderão assumir no discurso da Psicologia científica.

Palavras-chave: História, estória, zeitgeist, cultura, significado.

ABSTRACT

The article arises from some brief reflections on the History of Psychology around its contents – the theoretical systems – and on its frame – the strategies that organize its narrative.

Knowing that there are no neutral approaches to History, the author emphasizes the role of stories as important elements in the establishment and narration of the History of Psychology, as well as the role that events (or stories) of common people may assume within the speech of scientific Psychology.

Key words: History, story, zeitgeist, culture, meaning.